

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.694 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2003

Subcomissão discute amanhã restrições para presos perigosos

O projeto que cria regime disciplinar especial para presos perigosos será discutido amanhã, a partir das 18h30, em reunião da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

Procuradores falam na quarta sobre lavagem de dinheiro

As investigações sobre remessa ilegal de dólares ao exterior e os esquemas de lavagem de dinheiro serão detalhadas por procuradores da República em audiência da Comissão de Fiscalização e Controle, quarta-feira, às 11h30.

PÁGINA 3

Senado vota MP que permite empréstimos para municípios

Outras duas medidas provisórias estão na pauta de amanhã: a que trata da organização administrativa da Presidência da República e a que revoga artigo do Código Civil sobre compensação de dívidas fiscais

O Plenário do Senado deve votar amanhã medida provisória que reabre o prazo para municípios que refinanciaram suas dívidas com a União poderem contratar empréstimos. Conforme o texto, as prefeituras terão até 2006 para obter financiamentos destinados à complementação de programas municipais

já em andamento. Também estão na pauta a medida provisória que trata da organização administrativa da Presidência da República e a que revoga artigo do Código Civil relativo à compensação de dívidas fiscais. Enquanto não forem votadas, as três matérias impedem outras deliberações.

PÁGINA 3

Senadores ouvem especialista em trabalho e segurança da juventude

Agop Kayayan, consultor da área da infância e da adolescência e ex-representante do Unicef no Brasil, participa amanhã de audiência pública na Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude.

PÁGINA 4



Waldemar Rodrigues

Célio Azevedo



Proposta fixando multa por atraso no pagamento de tributos será analisada na reunião da CAE amanhã, às 10h

Multa por atraso em tributo federal pode ser limitada a 2%

PÁGINA 5

Página do Senado na Internet ganha prêmio iBest na categoria política

PÁGINA 6



Célio Azevedo

Projeto de Papaléo Paes altera dispositivos do Estatuto da Advocacia e da OAB

Papaléo quer fim de eleição indireta na OAB

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apresentou projeto de lei alterando dispositivos do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para "corrigir anomalia" e acabar com a eleição indireta na escolha da diretoria do Conselho Federal da OAB.

O autor afirma que o estatuto instituiu a eleição indireta, ao determinar que a diretoria do Conselho Federal da OAB seja escolhida pelos Conselhos Seccionais, sem participação dos conselheiros federais.

Pelas atuais regras, o presidente tem apenas o voto de qualidade, e que o voto dos conselheiros federais deve ser tomado por delegação. A proposta de Papaléo Paes assegura a cada conselheiro federal o voto direto na escolha dos dirigentes da entidade e propõe vedar esse direito aos membros honorários vitalícios, ou seja, aos ex-presidentes do Conselho Federal.

"O Conselho Federal da OAB deve ter sua diretoria eleita pelos conselheiros federais que compõem as delegações dos estados, e não pelos conselhos seccionais", afirma o senador. Pelo projeto, o Conselho Federal da OAB deverá eleger sua diretoria mediante voto secreto e para mandato de três anos, considerando-se eleita a chapa que obter maioria simples dos votos dos conselheiros federais.

Ideli destaca iniciativas que defendem a adoção

Senadora requereu a transcrição no "Diário do Senado Federal" da Carta de Itajaí e da palestra que fez durante o encontro

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) requereu a transcrição no *Diário do Senado Federal* da Carta de Itajaí, documento final do 8º Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção (Enapa), realizado entre os dias 1º e 3 de maio, que teve como tema central Adoção: inclusão e cidadania. Ela também pediu a inserção nos Anais da Casa do texto intitulado Inclusão e Cidadania, palestra que proferiu no evento.

A Carta de Itajaí apresenta várias reivindicações, recomendações e exigências às autoridades, para garantir a inclusão e cidadania das crianças e adolescentes privados da convivência familiar e comunitária em todo o país. Também quer o cumprimento da Convenção dos Direitos da Criança, da Assembléia Geral das Na-



José Cruz

Ideli quer o cumprimento da Convenção dos Direitos da Criança, das Nações Unidas

ções Unidas, ratificada no Brasil em 20 de setembro de 1990.

Já o texto da palestra da senadora de Santa Catarina defende a necessidade da implantação de um conjunto de reformas para iniciar o ciclo de transformação do Estado e da sociedade brasileira. Entre

as reformas que o país carece, citadas por Ideli Salvatti, estão a tributária, previdenciária, agrária, trabalhista e sindical e a reforma política. A senadora ainda cita as pessoas que vivenciam a adoção como exemplo de que é possível construir uma sociedade solidária.

— A adoção é um ato humanitário em que o amor é capaz de levar uma ou duas pessoas adultas a adotarem outra pessoa não adulta e dedicar a ela amor e cuidado para que esta pessoa se sinta amada, protegida e tenha condições de organizar e desenvolver sua vida em reciprocidade com os pais adotivos. É desse amor humano e de uma consciência revolucionária que precisamos para transformar e dignificar o mundo em que vivemos — prega Ideli Salvatti.

Projeto garante acesso do paciente ao prontuário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examinará, em caráter terminativo, projeto do senador Delcídio Amaral (PT-MS) garantindo ao paciente o direito de ser informado sobre seu estado de saúde, inclusive com acesso ao prontuário médico. O senador explica que a intenção é preencher lacunas que existem na atual legislação sobre os direitos dos pacientes.

De acordo com o projeto, há necessidade de os trabalhadores e serviços de saúde reconhecerem e respeitarem todo e qualquer paciente com base em princípios de respeito à dignidade, à vida privada, ao sigilo médico, à autonomia, à informação sobre seu estado de saúde, sobre os riscos e benefícios dos tratamentos prescritos. O acesso

ao prontuário deve ser também permitido.

O senador informa que os direitos dos pacientes são uma preocupação internacional crescente. O projeto garante ao paciente o princípio da autonomia, com poder de autodeterminação, de decisão sobre sua condição de saúde e de seu tratamento, como sujeito do seu processo médico-hospitalar. O senador informa que esse é um dos fundamentos da bioética contemporânea.

As novas regras, segundo o senador, aumentam a responsabilidade do próprio paciente, mas, por outro lado, reforçam a convicção de que uma opção consciente exige informação clara, verdadeira e prévia do médico e do serviço de saúde.



Roosevelt Pinheiro

Delcídio defende maior respeito aos direitos dos pacientes pelos médicos e enfermeiros

de. O senador diz, ainda, que há muito o que fazer pelos direitos dos pacientes brasileiros. Para garantir maior respeito ao paciente, Delcídio acredita ser necessário que os direitos sejam legalmente estabelecidos.

Delcídio Amaral está reapresentando projeto do ex-senador Lúcio Alcântara, que havia sido arquivado. A matéria será analisada em caráter terminativo pela CAS.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLV sobre prazo para municípios contratarem empréstimos; MP referente ao Código Civil; discussão da PEC sobre gratuidade para o registro e primeira emissão de certidões; entre outros.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: discussão do PLS sobre procedimento contraditório especial para desapropriação de imóvel rural; entre outros.

Quinta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: discussão PECs sobre terrenos de marinha e voto facultativo; entre outros.

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLS sobre uso de gás natural como combustível; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS sobre serviço de radiodifusão comunitária; requerimento sobre audiência pública debater a violência nas escolas; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: mensagem com nome para cargo de diretor da ANP. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

18h30 — Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude

Pauta: audiência pública com Agop Kayayan. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

18h30 — Subcomissão Permanente de Segurança Pública

Pauta: PLC que muda Lei de Execução Penal e Código de Processo Penal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Quarta-feira

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Proposta de fiscalização do Grupo Rede; entre outros. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

Quinta-feira

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: requerimentos para criação de subcomissão destinada a estudar propostas do I Encontro da Comunidade de Brasileiros no Exterior; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS sobre concessão de aposentadoria a trabalhadores rurais; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim

2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos

1º Secretário: Romeu Tuma

2º Secretário: Alberto Silva

3º Secretário: Heráclito Fortes

4º Secretário: Sérgio Zambiasi

Suplentes de Secretário: João Alberto Souza

Serys Shessarenko

Geraldo Mesquita Júnior

Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado deve votar MP que beneficia municípios

Pauta do Plenário para amanhã inclui, além de três medidas provisórias, a votação em segundo turno da proposta de emenda à Constituição que estabelece gratuidade para registros de nascimento, casamento e óbito

Opositores a guerra podem receber aplauso

Os governos da França, China, Rússia e Alemanha poderão receber votos de aplauso da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Em reunião prevista para esta quinta-feira, às 10h, a comissão analisará requerimentos apresentados pelo líder do PT, senador Tião Viana (AC), que sugere votos de aplauso pelo fato de esses países terem liderado "o movimento de oposição à decisão dos Estados Unidos de declarar guerra ao Iraque, apontando a crença nas gestões diplomáticas".

A CRE examina também projeto de criação de uma subcomissão permanente destinada à proteção de brasileiros no exterior.

Consta ainda da pauta projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo entre Brasil e Uruguai para construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco (RS), e recuperação da ponte Barão de Mauá.



Célio Azevedo

Tião Viana sugere voto de aplauso a países que se opuseram à invasão do Iraque

Infra-Estrutura analisa nome para dirigir ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, às 14h, para examinar mensagem do Executivo indicando Luiz Alfredo Salomão para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Engenheiro elétrico com atuação na área econômica, Salomão foi deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro. O relator da mensagem é o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

A pauta do Plenário do Senado de amanhã inclui votação da medida provisória (MP) que reabre o prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos. De acordo com o parecer do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), relator da matéria aprovada na Câmara dos Deputados, as prefeituras terão até 2006 para fazer empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Caixa Econômica Federal. A exigência é de que os recursos sejam utilizados na complementação de programas municipais já em andamento.



Rosenvelt Pinheiro

Plenário também deve examinar projetos protegendo a língua portuguesa e determinando a divulgação pela Internet de dados sobre licitações

O Plenário deve votar outras duas medidas provisórias: a que trata da organização administrativa da Presidência da República

e a que revoga artigo do Código Civil relativo à compensação de dívidas fiscais.

A votação das três MPs é condi-

Maior rigor para os presos perigosos

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública vai discutir amanhã, a partir das 18h30, o projeto de lei da Câmara dos Deputados que propõe a criação de regime disciplinar diferenciado ao preso, durante o qual será avaliado o mérito do condenado de progredir na pena, com prazo determinado. A proposta altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal

Na reunião ocorrida no dia 28 de abril, o senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator da matéria, apresentou parecer favorável

com 19 emendas ao projeto e foi concedida vista coletiva aos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Em sua proposta, o relator torna mais rígido o regime disciplinar diferenciado para presos oriundos do crime organizado.

Demostenes destacou quatro emendas que modificam substancialmente o regime disciplinar diferenciado criado pelo projeto. A primeira delas estabelece que o preso que cometa falta grave, como matar outro preso, poderia ser isolado em prisão de seguran-

ça máxima por até 360 dias, prazo prorrogável por igual período. O preso considerado de alto risco para a sociedade, mas que não pertença ao crime organizado, poderia ser isolado por até 360 dias, prazo prorrogável até o final da pena. O prisioneiro de segurança máxima, integrante do crime organizado, poderia ser isolado por 720 dias, podendo o prazo ser prorrogado também até o final da pena.

Outra modificação implementada pelo relator foi a possibilidade de uso da videoconferência



Célio Azevedo

Demostenes Torres propõe rigidez para regime de presos ligados ao crime organizado

nos interrogatórios feitos por juízes. O relator discorda da proposta original, que estabelece que os juízes deverão comparecer à prisão para ouvir os presos.

Procuradores falam sobre lavagem de dinheiro

As investigações do Ministério Público da União sobre a evasão de divisas e a remessa ilegal de dólares para o exterior, por meio de contas CC-5 operadas na agência do Banco do Estado do Paraná (Banestado) em Nova York, serão tema de audiência pública a ser promovida nesta quarta-feira, às 11h30, pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Antes de dar início ao debate, o colegiado irá deliberar sobre uma pauta de quatro itens, a maioria relativa a relatórios de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

A audiência pública sobre a "lavagem de dinheiro" foi solicitada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que defende a instauração de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o assun-

to. Os procuradores da República Raquel Branquinho Nascimento, Valquíria Quixadá Nunes e Luiz Francisco de Souza deverão abordar, entre outros assuntos, o resultado da quebra do sigilo das contas CC-5 do Banestado em Nova York nos anos de 1998 e 1999. Segundo a senadora, US\$ 15 bilhões teriam sido movimentados nessas contas.

Em relação aos relatórios de auditoria do TCU, todos foram relatados por Ideli Salvatti, que elaborou parecer pela remessa ao arquivo. Os levantamentos tiveram como alvo obras do projeto de aproveitamento hidroagrícola dos tabuleiros litorâneos de Parnaíba (PI); precatórios pagos pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); e atividades

da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A CFC vai examinar ainda parecer de João Ribeiro (PFL-TO) pelo arquivamento de proposta de Ana Júlia Carepa (PT-PA). A senadora pediu exame da legalidade de atos

de gestão praticados pelo grupo Rede de Empresas Distribuidoras de Energia (Rede) e suas subsidiárias, além de verificar a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) diante de "índices de irregularidades".



Jane de Araújo

Os senadores da Comissão de Fiscalização e Controle promovem na quarta-feira audiência pública com procuradores

Iris quer estimular voluntariado em creches

Projeto da senadora faculta à mulher trabalhadora dedicar, a cada quinzena, um dia de sua atividade para cuidar de filhos dos empregados em serviços mantidos pela empresa. Ela diz que medida aumentaria a produtividade

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) anunciou em Plenário, sexta-feira, a apresentação de projeto de lei que faculta à mulher empregada trocar, a cada quinzena, um dia de sua atividade normal pelo trabalho voluntário em creche mantida pela empresa. Esse serviço se daria, de acordo com a proposta, sem prejuízo dos direitos trabalhistas.

Ela argumenta que a sistemática do voluntariado nas creches de empresas trará, em médio e longo prazos, redução de custos nas despesas de pessoal e maior integração entre os objetivos da empresa e os anseios de suas trabalhadoras. A senadora acredita que haverá ganhos de produtividade para a empresa, bem como redução nos níveis de atrito entre



Iris de Araújo também homenageou as mães pobres e trabalhadoras

empregado e empregador.

Iris ressaltou que, no mundo inteiro, crescem as atividades de voluntariado, beneficiando seg-

mentos sociais mais vulneráveis como crianças, idosos e deficientes físicos e mentais. Segundo afirmou, também no Brasil o voluntariado se firma como "uma alternativa à histórica insuficiência da atuação do Estado".

DIA DAS MÃES

Iris de Araújo também homenageou as mães, pela comemoração, ontem, do dia a elas dedicado. "Na televisão, todas as mães ganham presentes, mas quero me lembrar das mulheres pobres e trabalhadoras que sequer têm tempo e oportunidade de ser homenageadas."

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) elogiou o projeto sobre voluntariado, afirmando que

o Brasil precisa aproveitar melhor as oportunidades abertas para a ampliação desse serviço. Também em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) homenageou todas as mães do Brasil, aplaudindo a atuação crescente da mulher nos diversos setores de atividade, em especial a política e a magistratura.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a homenagem às mães se complementa com a presença cada vez mais atuante da mulher. "Essa importância se mede através da promessa do Lula de reservar a próxima vaga no Supremo Tribunal Federal para uma mulher magistrada, diante da crítica das senadoras à recente escolha de três homens para integrar os lugares vagos no STF."

Lando aponta erro no combate ao trabalho do menor

O Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo afirmou o senador Amir Lando (PMDB-RO), é ainda letra morta para 2,2 milhões de meninos e meninas do Brasil. De acordo com o parlamentar, metade dos menores trabalhadores no país não recebe qualquer tipo de remuneração, enquanto a outra metade ganha, cada um, menos de um salário mínimo mensal. Afirmou que mais de um milhão de crianças não frequentam a escola.

Ele advertiu que de nada adiantará combater o trabalho infantil com a mera proibição de contratar menores para qualquer tipo de trabalho. Em sua opinião, devolvê-los para o meio familiar, sem condições de sobrevivência e sem qualquer expectativa de futuro, pode também resultar em maior deterioração das condições de vida da família como um todo.

Amir Lando recomendou que não se deve atacar o trabalho infantil apenas numa perspectiva conjuntural, local e atemporal. No seu entender, programas de caráter emergencial não serão suficientes para uma questão que é estrutural, supralocal e com repercussão no país que se quer no futuro. "Não é difícil projetar o país a partir do diagnóstico da situação dos menores brasileiros de hoje. Mas é o futuro que se almeja para esse mesmo país que deve orientar as políticas atuais", afirmou.

O parlamentar disse que as políticas públicas não podem ser implementadas de forma isolada, como se cada questão se esgotasse por si só, por melhor que seja seu tratamento. Assim, exemplificou, um carente não pode ser visto apenas como um analfabeto pelo Ministério da Educação, como um enfermo pelo Ministério da Saúde, ou como um faminto para o programa Fome Zero.

Todas as ações públicas, independentemente do público-alvo, devem ser integradas e moldadas pelo conceito de cidadania e inseridas num plano de desenvolvimento verdadeiramente nacional, sugeriu o senador.

Romero Jucá aplaude unificação dos programas sociais

Na condição de vice-líder do PSDB, o senador Romero Jucá (RR) aplaudiu, sexta-feira, a intenção do governo de unificar todos os programas sociais. Estão trabalhando com esse objetivo, como observou, os Ministérios da Segurança Alimentar e Combate à Fome e da Assistência e Promoção Social.

— Há um mês, nós víamos o governo batendo cabeça no Fome Zero, com cada um atacando de um lado. Agora, anuncia-se a unificação de todos os programas, do bolsa-escola ou do apoio aos idosos, o que reduzirá os custos e facilitará a vida de quem é atendido — disse Jucá.

No ano passado, informou o

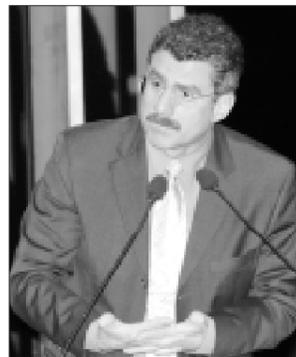
senador, o governo Fernando Henrique Cardoso tentou a unificação dos vários programas, e a Caixa Econômica Federal iniciou o cadastro dos beneficiados, mas não houve tempo para sua conclusão. "É importante não apenas a unificação dos vários programas federais de proteção social, mas também a presença dos municípios, dos governos estaduais e de organizações municipais", observou.

Jucá comunicou ao Plenário que a prefeitura de Boa Vista (RR) recebeu mais um prêmio por seus programas de apoio social e gestão inovadora, desta vez do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Tra-

ta-se do prêmio Governador Mário Covas, que homenageia prefeitos empreendedores, concedido à prefeita Teresa Jucá.

O Sebrae destacou, ao conferir a premiação, o Projeto Estufa, de apoio a agricultores da periferia de Boa Vista, e a Agência de Crédito Popular. O Projeto Estufa permitiu que a cidade deixasse de importar verduras do Centro-Oeste. "O pessoal do Fome Zero deve dar uma olhada nos programas da prefeitura de Boa Vista", recomendou.

O senador também se manifestou satisfeito com os resultados da reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Itaici (SP), quando se decidiu atuar politicamente nas



Romero Jucá elogiou decisão da CNBB de tentar influir, via debate, nas decisões do governo

transformações do país, inclusive participando de debates, cobrando e tentando influir nas decisões de governo.

Subcomissão da Criança ouve especialista

A Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude realiza amanhã, às 18h30, audiência pública com a presença do consultor na área da infância e da adolescência e ex-representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, Agop Kayayan, para discutir o tema trabalho e segurança da juventude.

No dia 29, a subcomissão conhecerá a experiência vivi-

da por uma ex-menina de rua de São Paulo, retratada no livro *Esmeralda: por que não dancei*. No mesmo dia, será lançada a publicação, no final da tarde, em ato na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado. De acordo com a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), presidente do colegiado, é importante ressaltar o relato de uma ex-menina de rua que "conseguiu renascer" num momento em que o país enfrenta o desafio de combater a exploração sexual e a mão-

de-obra infantil.

A relatora da subcomissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou que na última quarta-feira os membros do colegiado foram recebidos pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem solicitaram um espaço na programação da TV Senado. A idéia, explicou a parlamentar, é exibir as experiências bem-sucedidas em todos os estados relativas à criança, ao adolescente e à juventude.



Patrícia Saboya destacou desafio do colegiado no combate à exploração sexual e trabalho infantil

Projeto de Jucá regulamenta ICMS sobre os combustíveis

Já está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei complementar do senador Romero Jucá (PSDB-RR) regulamentando emenda constitucional aprovada em 2001 que trata da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação sobre determinados lubrificantes e combustíveis. A medida poderá evitar a sonegação da ordem de R\$ 3 bilhões ao ano por parte dos comerciantes e distribuidores dos produtos, declarou o senador.

Ele explicou que sua proposta tem a finalidade de permitir a aplicação do novo texto constitucional, definindo os lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos sobre os quais não se admitirá mais que uma cobrança de ICMS. Além disso, diz Jucá, o projeto determina o exato momento em que o imposto incidirá

sobre esses produtos.

Dessa maneira, nas operações realizadas dentro do país, o ICMS incidirá no momento da saída da mercadoria do estabelecimento do produtor e, nas operações de importação, no desembaraço aduaneiro, o que dificultará a sonegação, disse o senador.

“Essa providência legal resultará em grande simplificação das obrigações de um ramo de atividade que hoje enfrenta imperfeições e distorções”, informa Jucá, explicando que esses problemas acarretam, principalmente, desigualdade nas condições de competição nas áreas de distribuição e revenda de combustíveis advindas com a sonegação.

Entre os efeitos negativos da não regulação da questão da incidência do imposto, ele citou: contestações judiciais da tributação, comercialização de combustíveis com misturas fraudulentas e descontrole na comercialização do álcool hidratado.

Paim destaca decisão sobre a transferência de rodovias

O 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), destacou duas deliberações do Senado que favorecem o Rio Grande do Sul. No último dia 30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer formulado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), favorável ao pleito do governo daquele estado, que quer o refinanciamento de dívidas para pagar precatórios judiciais.

Paim também comemorou a aprovação de projeto de lei de conversão que tratou da transferência de trechos de rodovias federais para os estados. De acordo com o senador, o Rio Grande do Sul receberá quase 2 mil quilômetros, distribuídos por 13 estradas de rodagem administradas pela União.

O parecer aprovado pela CAE, que será agora votado em Plenário, concede ao governo estadual autorização para rolar as letras financeiras decorrentes de duas parcelas de precatórios judiciais vencidas em 15 de maio e 15 de setembro de 2001. O senador considerou a aprovação do projeto uma vitória dos governadores,



Rio Grande do Sul receberá 2 mil quilômetros de estradas federais, diz Paulo Paim

que foram atendidos em sua principal reivindicação. Paim observou que, com o projeto, “o ressarcimento pela União das obras feitas em rodovias federais não será considerado receita líquida dos estados, e assim não será incluído no cálculo dos 13% da receita de cada estado que devem ser dirigidos ao pagamento de dívidas com a União”.

Paim relatou ainda encontro com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, durante reunião com representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Proposta fixa multa de 2% para os impostos federais

Iniciativa do ex-senador Francelino Pereira integra a pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos amanhã, a partir das 10h

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, às 10h, para analisar pauta de sete itens, entre os quais parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) favorável ao projeto do ex-senador Francelino Pereira estipulando multa de 2% pelo atraso no pagamento dos tributos federais e contribuições, mantendo as demais penalidades previstas na legislação atual.

Na justificativa de sua proposta, Francelino Pereira lembra ter apresentado outro projeto estabelecendo multa de 2% para todos os tipos de contrato, iniciativa tomada após sanção de lei que estabelecia o limite de 2% para a multa moratória decorrente da inadimplência dos contratos de outorga de crédito ao consumidor. Com a nova proposta, o representante de Minas Gerais no Senado estendeu a multa de 2% também para os tributos federais e contribuições.

Ainda consta da pauta da CAE parecer do senador Mão Santa



Reunião da CAE amanhã será em duas partes: às 11h, deve começar a sabatina da indicada ao cargo de procuradora-geral do Cade

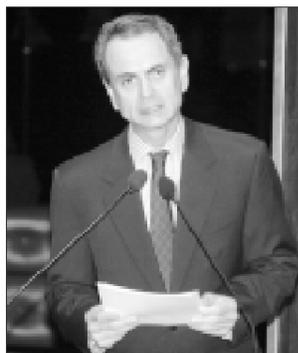
(PMDB-PI) favorável ao projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a custear todas as operações de transplantes necessários, em hospitais públicos ou conveniados. A proposição também determina que os planos e seguros privados de assistência à saúde devem custear integralmente os transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano.

Na segunda parte da reunião da CAE, marcada para as 11h, os senadores sabatinam Maria Paula Dallari Bucci, indicada pelo presidente da República para exercer, por um mandato de dois anos, o cargo de procuradora-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão ligado ao Ministério da Justiça. A relatora é a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), e a votação será secreta.

Senador quer estimular emprego para jovens

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu, em discurso, a aprovação de projeto de lei que apresentou para incentivar as empresas a contratarem jovens. O senador ressaltou que as despesas com mão-de-obra, encargos sociais e formação profissional dos empregados já são, normalmente, dedutíveis para fins fiscais e sua proposição inova ao permitir a dedução em dobro, aumentando o estímulo aos empregadores para que tomem a iniciativa de contratar jovens que estejam ingressando no mercado de trabalho.

Paulo Octávio destacou a dificuldade enfrentada pelos jovens para conquistar seu primeiro emprego, justamente porque não conseguem suprir o requisito básico de conhecimento e experiên-



Paulo Octávio afirma que seu projeto também será benéfico para as empresas

cia que as empresas demandam “desesperadamente”. Por outro lado, afirmou, a educação prestada pelo Estado é insuficiente para formar trabalhadores capazes de absorver, rápida e eficientemente, as novas tecnologias produtivas.

O projeto, sustentou Paulo Octávio, busca promover a integração natural do jovem estudante no mercado de trabalho, conjugando a sua educação formal com a obtenção de capacitação e experiência profissional; sob o aspecto do interesse das empresas, atuará para capacitar essa força de trabalho nas novas técnicas produtivas. Segundo o senador, os empregadores estão aptos a identificar, com menor custo e maior agilidade, os treinamentos necessários ao aumento ou melhoria da produção.

Paulo Octávio lembrou que havia apresentado projeto de igual teor quando era deputado federal, em 2001, e disse que decidiu reapresentá-lo para honrar o compromisso que assumiu na campanha para o Senado, porque o problema agravou-se nesses dois anos, e ainda para manter em pauta a idéia, que considera de fundamental importância para os jovens brasileiros.

TECNOLOGIAS

O senador afirmou, ao argumentar em favor da proposta, que os atuais governantes devem estar atentos à rápida evolução das tecnologias de produção, que afetam drasticamente as demandas de força de trabalho. Lembrou que as empresas são forçadas, pela concorrência globalizada, a introduzir contínuos aperfeiçoamentos em seus métodos e processos produtivos, exigindo da mão-de-obra que adquira requisitos de versatilidade e de adaptabilidade, sob pena de brutal aumento de rotatividade ou de desemprego.



Roosevelt Pinheiro

Borges lamentou a morte do poeta e disse que Waly foi um "verdadeiro executivo da cultura"

César Borges homenageia Waly Salomão

O senador César Borges (PFL-BA) manifestou seu pesar pelo falecimento do secretário nacional do Livro e da Leitura, Waly Salomão, ocorrido no dia 5. O parlamentar pediu que a memória do poeta seja honrada pelo governo com a viabilização do projeto Fome de Livro, que ele vinha concretizando no Ministério da Cultura.

Convidado para o cargo pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil, Waly sempre foi "um realizador responsável, um verdadeiro executivo da cultura", disse o senador, segundo o qual foi assim também em Salvador (BA), quando presidiu a Fundação Gregório de Mattos e exerceu a função de coordenador do carnaval, em 1988.

— Tive o prazer de ouvi-lo, numa visita ao Senado, sobre as idéias que preparava. Planejamos ações para a Bahia e até para Jequié, nossa cidade comum. Infelizmente, a morte não quis esperar por Waly — lamentou o parlamentar.

Lembrando o trabalho cultural do poeta, César Borges disse que Waly foi tropicalista por ser um "personagem *sui generis*", criador exótico e dotado de aguçado faro para a inovação. Depois, lembrou o senador, ele radicalizou ainda mais sua estética, aproximando-se dos chamados "artistas marginais do *udi-grudi*", em uma auto-ironia ao rótulo que artistas *underground* recebiam dos críticos.

Como criador, afirmou César Borges, Waly Salomão marcou toda uma geração com a música *Vapor Barato*, composta com Jards Macalé e lançada por Gal Costa. O senador baiano disse ainda que o poeta esteve ao lado da geração que renegou tanto a ortodoxia da esquerda quanto o oficialismo do regime militar, como o poeta piauiense Torquato Neto e o artista plástico Hélio Oiticica, biografado por Waly no livro *Qual é o Parangolé*.

Educação discute regras para rádios comunitárias

Comissão se reúne amanhã, às 11h30, e também pode aprovar mudanças na legislação do serviço de televisão a cabo

A Comissão de Educação (CE) deve discutir amanhã, a partir das 11h30, três propostas que alteram a legislação que rege os serviços de radiodifusão comunitária, sonora e de sons e imagens, e de TV a cabo. Além dessas matérias, e dos 72 projetos de decreto legislativo referentes a atos de exploração desses serviços, constam da pauta dois requerimentos de audiência pública, dos senadores por Goiás Iris de Araújo (PMDB) e Demostenes Torres (PFL), para debater questões ligadas ao cinema nacional e à violência nas escolas.

Por iniciativa do ex-senador Paulo Hartung, atual governador do Espírito Santo, o serviço de radiodifusão comunitária poderá passar a ser prestado também na forma televisiva. Esse é o principal ponto do projeto, que recebeu parecer favorável, com emenda, do senador Almeida Lima (PDT-SE). Estão previstas ainda a concessão de anistia às pessoas e entidades que vinham atuando irregularmente na área e a devolução de equipamentos eventualmente apreendidos pela polícia. A matéria será votada pela CE em decisão terminativa.

Já projeto de resolução do ex-senador Ricardo Santos, que recebeu substitutivo do relator, senador Gerson Camata (PMDB-

ES), permite ao Senado Federal avaliar não só aspectos técnicos dos atos de outorga e renovação dos serviços de radiodifusão, mas o cumprimento de obrigações relativas ao conteúdo da programação de emissoras de rádio e televisão. Tais exigências dizem respeito, por exemplo, ao compromisso com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional; regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

Recebeu substitutivo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) o projeto da Câmara que amplia o acesso das universidades à produção, programação e veiculação de programas educativos nos canais universitários da TV a cabo.



Roosevelt Pinheiro

Comissão de Educação vota requerimentos para que sejam realizadas audiências sobre cinema nacional e violência nas escolas

Zambiasi celebra centenário de serviço cartográfico gaúcho

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) registrou o centenário da Carta Geral do Brasil, serviço cartográfico embrião da 1ª Divisão de Levantamento do Rio Grande do Sul, assim como o trabalho por ela realizado em defesa do Brasil. Ele afirmou que uma cartografia confiável é instrumento de defesa do território nacional.

O parlamentar enalteceu a preocupação, já nos primeiros anos da República, de se dotar o Brasil desse organismo, responsável pelo mapeamento sistemático do território nacional. Em sua opinião, zelar pela integridade territorial pressupõe conhecer o país por inteiro, desde seus acidentes geo-

gráficos até a demarcação exata de suas fronteiras.

— As atividades da 1ª Divisão de Levantamento do Rio Grande do Sul revestem-se, assim, de caráter estratégico. Sua importância histórica transcende, pois, a esfera local e regional para alcançar todo o espectro territorial brasileiro — disse o parlamentar.

Segundo Zambiasi, essa divisão tem evoluído bastante, graças às novas metodologias de produção cartográfica. Ao prover os profissionais com imagens de satélite e com recursos da informática, disse o senador, a tecnologia atual não só auxilia a elaboração de levantamentos topográficos, como



Roosevelt Pinheiro

Sérgio Zambiasi defende investimentos para melhorar o conhecimento geográfico do país

também amplia as possibilidades de expressar graficamente fenômenos que interessam a civis e militares.

Além de reconhecer o valor histórico da 1ª Divisão de Levantamento, o senador defendeu investimentos no aparelhamento do órgão, que tem muito a contribuir para o aprofundamento do conhecimento geográfico do Brasil.

Página do Senado ganha iBest

O Senado Federal conquistou o Prêmio Acadêmias iBest, na categoria de Política. A página da instituição na Internet foi apontada como a melhor do país, em sua área de atuação, pelos mais destacados profissionais do setor. Em 2002, a página do Senado já havia sido incluída entre os Top 3 do iBest, ou seja, já estava entre as três melhores do

país. "A premiação alcançada pelo Senado reforça a determinação da instituição em buscar maior aproximação com a sociedade, também por meio da Internet", afirmou o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg, lembrando orientação estabelecida nesse sentido pelo presidente do Senado, José Sarney.



José Cruz

Arthur Virgílio: interligação do Senado aos estados e municípios fortalece a democracia

Virgílio elogia realizações do Interlegis

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), cumprimentou o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), pelas realizações do programa Interlegis, criado pela Casa, destacando a instalação de salas multiuso com 20 computadores em rede e videoconferência em todas as assembleias legislativas estaduais.

— O Interlegis vem sendo desenvolvido pelo Senado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para modernizar e integrar o Poder Legislativo federal com as assembleias estaduais e câmaras municipais, assegurando o acesso dos deputados e vereadores a todas as atividades do programa — afirmou.

Para Arthur Virgílio, o Interlegis assegura maior transparência às atividades do Legislativo junto à sociedade brasileira.

— Os meios utilizados pelo programa são as novas tecnologias de informação que permitem a comunicação e troca de experiências entre as casas legislativas, os legisladores e o público, aumentando a participação da população no processo legislativo, fundamental para o aperfeiçoamento da democracia — assinalou o senador.

Arthur Virgílio registrou que em seu estado, o Amazonas, o Interlegis já promoveu a interligação da Assembleia e de 17 municípios, sendo que mais dois receberão em breve os equipamentos necessários para se integrar ao programa.

— Ao reafirmar meu aplauso à iniciativa do Interlegis, cumprimento também a Assembleia Legislativa do Amazonas e as câmaras municipais já interligadas, na certeza de que essa adesão irá ensejar o aperfeiçoamento das atividades legislativas do meu estado — disse o senador.

João Ribeiro: seqüestro de carbono é lucrativo

Com grandes áreas de florestas e potencial para reflorestamento, o Brasil tem oportunidade comercial vendendo crédito de carbono aos países que não conseguem cumprir cota estabelecida pelo Protocolo de Kyoto, destaca o senador

O senador João Ribeiro (PFL-TO) registrou em Plenário os avanços ocorridos no Tocantins com o desenvolvimento de projetos de seqüestro de carbono na Ilha do Bananal e na capital do estado, Palmas. O seqüestro de carbono, afirmou, constitui enorme oportunidade comercial para o Brasil e pode ser a chance de o país obter financiamentos externos destinados a projetos de desenvolvimento sustentável.

— Além de trazerem recursos financeiros e tecnológicos, esses projetos poderão gerar empregos e auxiliar efetivamente na redução das tensões sociais que hoje preocupam a todos nós — afirmou João Ribeiro.

O senador lembrou que a questão do acúmulo de dióxido de carbono na atmosfera levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a convocar a Conferência Mundi-



Tocantins é vanguarda no mercado internacional de confisco do carbono, diz João Ribeiro

al sobre Mudança do Clima, realizada em 1997 no Japão, quando foi assinado o Protocolo de Kyoto, em que se atribui uma cota de redução de descarga de gases causadores do efeito estufa para cada país signatário. O ponto mais importante das decisões tomadas

em Kyoto, disse ele, talvez tenha sido o conceito do seqüestro de carbono como mercadoria.

— Assim, seria criado um mercado internacional de carbono capturado, pelo qual países com potencial para grandes projetos de reflorestamento, capazes de aprisionar carbono nas novas florestas implantadas, poderiam vender créditos de carbono para aqueles países que não conseguem cumprir suas cotas — esclareceu João Ribeiro.

Na avaliação do senador, esta é uma grande oportunidade comercial para o Brasil, que detém a maior concentração mundial de áreas florestais originais e, também, áreas degradadas, pouco viáveis para a agricultura, mas que podem e devem ser reflorestadas.

— O estado do Tocantins, nessa perspectiva, está na vanguarda mundial — concluiu o senador.

Serys alerta para problema da água

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) chamou atenção do Plenário para o problema da água. Ela lembrou que, caso sejam mantidas as políticas públicas e as taxas de crescimento populacional no mundo, em 50 anos haverá 2,5 bilhões de pessoas sem



Serys destaca programas de gestão de recursos hídricos

acesso à água potável. Serys defendeu o fortalecimento das universidades públicas brasileiras, para que possam ser realizadas mais pesquisas nesse setor.

— O Brasil tem a maior reserva de água doce subterrânea do mundo. A nossa responsabilidade é enorme — disse Serys.

A senadora defendeu a adoção

de saídas alternativas para preservação das águas e sugeriu o gerenciamento equilibrado de recursos hídricos, a integração de políticas e mais cuidado na questão do abastecimento e saneamento. A senadora lembrou alguns programas de sucesso realizados em cidades como São Paulo (SP) e Vitória (ES).

O discurso da senadora foi motivado pela passagem do Dia Nacional da Água, comemorado em 22 de abril. Ela observou, porém, que a preocupação com as águas deve ser permanente. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) alertou para a debilitação de

diversos rios brasileiros e chamou atenção para a importância do trabalho da Agência Nacional de Águas (ANA).

Em pronunciamento feito logo a seguir, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) associou-se à preocupação da senadora e lembrou que no Nordeste o problema não é só a falta de água, mas principalmente a precária utilização dos recursos hídricos. O senador defendeu a formação de comitês nas comunidades para melhor administrar os recursos.

Serys lembrou ainda a passagem do Dia das Mães e chamou atenção para a discriminação contra as mulheres. Ao final, a senadora pediu ainda maior preservação das rodovias brasileiras, especialmente no Centro-Oeste.

Valmir Amaral quer apoio aos produtores de trigo

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) registrou seu apoio à reivindicação dos produtores de trigo do Centro-Oeste de que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) aumente em 30%, neste ano, os recursos destinados ao custeio da produção e o preço mínimo do cereal. Valmir Amaral lembrou que o Brasil importa cerca de 70% do trigo consumido, gastan-

do perto de US\$ 900 milhões por ano, e o Mapa tem como meta produzir 60% do trigo consumido em 2007.

— Não vou me estender em considerações técnicas sobre a situação do mercado de trigo no Brasil, mas digo que as reivindicações são bastante modestas. São razoáveis. O Ministério da Agricultura, por sua vez, tem plena consciência de que a meta de



Célio Azevedo

Brasil importa 70% do trigo, lembra Valmir Amaral

aumento da área plantada passa necessariamente pela criação de estímulos consistentes para o produtor nas novas fronteiras agrícolas, como é seguramente o caso da Região Centro-Oeste — justificou o senador.

Luiz Otávio insiste em plebiscito no Rio

Ao classificar o aumento da violência no Rio de Janeiro como questão nacional, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) pediu em Plenário celeridade na tramitação do projeto de decreto legislativo de sua autoria que convoque plebiscito para que a população carioca possa ser ouvida sobre a possibilidade de transformação da área metropolitana em território federal.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), informou que designou há duas semanas o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para relatar o projeto de Luiz Otávio. Segundo Lobão, o relator informou-lhe que deve apresentar seu parecer no prazo de uma semana. Luiz Otávio fez um apelo ao relator para que apóie a proposta, lembrando que Suassuna conhece



Proposta de Luiz Otávio visa combater violência no Rio

bem a violência carioca, que inclusive vitimou sua primeira esposa, assassinada em um assalto.

A iniciativa, que recebeu elogios da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), facilitaria, segundo Luiz Otávio, o fluxo de recursos federais e sua aplicação na área de segurança pública no Rio de Janeiro, que hoje enfrenta dificuldades no pagamento do funcionalismo e bloqueio de receitas em função de precatórios vencidos.

O senador disse que os episódios da semana passada evidenciam o recrudescimento das ações do crime organizado na ex-capital federal. Na sua opinião, a força especial criada no estado pelo Ministério da Justiça, comandada pela Polícia Federal, demonstra a existência de uma "intervenção branca no Rio de Janeiro".

Redivisão ajuda país a crescer, diz Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) propôs que o Congresso aprofunde as discussões sobre a criação de novos estados no Brasil. Ele citou o Tocantins como um exemplo do quanto uma nova configuração das regiões pode

se tornar-se fator decisivo para o desenvolvimento. O senador lamentou que, embora a redivisão territorial seja objeto de inúmeras propostas em tramitação, o Congresso tenha deixado de deliberar, efetivamente, sobre a matéria.

Eduardo informou que vem realizando estudos e discutindo com colegas a criação de novos estados ao longo dos últimos anos. Além das vantagens estratégicas decorrentes de uma nova divisão territorial do Brasil, ele disse que suas pesquisas deixaram



Para Eduardo, unidades menores são mais dinâmicas

evidente relação entre extensão territorial e desenvolvimento, ou seja, quanto maior a área ocupada por unidade, menores tendem a ser os seus níveis de desenvolvimento.

O senador ressaltou que a área média dos estados das regiões Sul e Sudeste, as mais desenvolvidas, situa-se em torno de 200 mil quilômetros quadrados (km²); ao passo que um único estado do Norte — o Amazonas — ocupa 1,57 milhão de km². Ele lembrou que até a criação do estado do Tocantins, a situação das populações da antiga área norte de Goiás era efetivamente crítica.

— Um quadro lamentável, que se transformou radicalmente com a criação do Tocantins — afirmou.

Conforme o senador, a criação de novas unidades federadas é fator decisivo para a conscientização e politização.

Garibaldi pede que Senado inicie debate das reformas

Senador sugere criação de comissões especiais para analisar desde já propostas de mudanças tributárias e na Previdência

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) propôs na sexta-feira, em Plenário, que o Senado constitua comissões especiais para iniciar o debate acerca das reformas tributária e previdenciária, que foram encaminhadas na semana anterior pelo governo à Câmara dos Deputados. Ele associou-se à preocupação manifestada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que já havia apresentado sugestão semelhante.

— O Senado precisa se preparar para as discussões sobre as reformas constitucionais. Precisamos, desde logo, exercitar o debate. Se nós não estivermos preparados, com o debate amadurecido, as reformas chegarão aqui com pressão da opinião pública para que o Senado delibere da maneira mais apressada possível — declarou o

senador.

Garibaldi baseou sua sugestão nas notícias de que o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), quer estabelecer cronograma de apreciação rápida das reformas, com apenas 22 dias de tramitação na comissão.

— Precisamos constituir comissões para preparar o debate das reformas no Senado. Haveremos, certamente, de encontrar na população a maior receptividade e teremos mais tempo para ouvir a sociedade, porque, se deixarmos que a reforma chegue aqui sem que tenhamos tomado essa providência, poderemos ser atropelados pelo caudal que vem aí — advertiu.



Segundo Garibaldi, se debate não começar já, Senado pode ser pressionado depois

Usuário da Voz do Cidadão apóia mudanças

Entrevistas com cerca de três mil pessoas que entraram em contato com o Serviço 0800 — A Voz do Cidadão —, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, apontam que, de forma geral, há grande convergência favorável à realização das reformas, principalmente a da Previdência Social, considerada a mais importante pela maioria.

Segundo informações do diretor da Subsecretaria de Relações Públicas, Francisco Etelvino Biondo, praticamente todos os entrevistados — 97% — têm conhecimento da iniciativa do presidente Lula de promover a reforma previdenciária, e 87% concordam que ela é necessária. Na pesquisa, realizada em fevereiro deste ano, 77% dos entrevistados afirmaram que são favoráveis à reforma previdenciária para que acabem os privilégios de determinadas categorias profissionais.

A maioria dos entrevistados — 72% — acredita que o Congresso Nacional poderá contribuir para a reforma e quase todos — 91% — destacam a importância da participação dos senadores nesse processo. Cerca de 60% dos entrevistados opinaram ainda que o presidente do Senado, José Sarney, poderá exercer muita influência no processo de elaboração e votação das reformas constitucionais.

Para Eurípedes, governo está combatendo privilégios

Somente a aprovação das reformas tributária e previdenciária permitirá ao atual governo superar a herança recebida da antiga administração, baseada na fragilidade econômica, na concentração de renda e nos altos índices de pobreza, disse



Eurípedes Camargo afirma que reforma da Previdência objetiva instituir justiça social

em Plenário na sexta-feira o senador Eurípedes Camargo (PT-DF). Para ele, as reformas destinam-se a combater privilégios e a universalizar direitos.

Eurípedes afirmou que, diante de tantos problemas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem agindo com cautela e adotando medidas para fortalecer a economia, além de aprimorar os instrumentos de administração e fiscalização. Somente dessa maneira, afirmou, o país poderá ter novo modelo de desenvolvimento sustentável, com justiça social.

O senador disse que a refor-

ma da Previdência tem como objetivo instituir a justiça social e orçamentária, garantindo a sustentabilidade do sistema. Já a reforma tributária, notou, deve ser vista como o aperfeiçoamento da estrutura vigente, “pois a atual legislação é confusa, com profusão de impostos e contribuições”.

As atuais dificuldades, salientou Eurípedes, não impediram o governo de lançar o programa Fome Zero, destinado a atender à população que, segundo analisou, ficou durante anos à margem das condições básicas de cidadania. Ele também destacou a intenção do governo de fazer a reforma agrária e de apoiar os pequenos produtores rurais, com o desenvolvimento de pesquisas, assistência técnica e abertura de linhas de crédito.

Recursos da Cide estão retidos, denuncia José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) denunciou em Plenário que R\$ 10 bilhões oriundos da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) estão retidos no Ministério da Fazenda, enquanto o ministro dos Transportes admitiu que 40% das estradas estão em péssimo estado e 15% em



José Jorge critica retenção de recursos que serviriam para recuperar estradas

condições apenas regulares. A Cide é cobrada dos consumidores de gasolina, à razão de R\$ 0,50 por litro.

O senador fez um histórico da instituição da Cide, criada pela Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001. A Constituição de 1988 acabou com a vinculação de recursos para financiar a construção e a manutenção de estradas, lembrou José Jorge, e por isso há 15 anos o setor vive de verbas orçamentárias insuficientes. A Cide foi criada, disse ele, justamente para financiar esse setor.

— Acontece que a regulamentação da Cide foi aprovada em dezem-

bro último e destinava 75% para transportes. O percentual era muito alto, mas não havia como o Senado emendar, pois a matéria retornaria à Câmara, começaria o recesso e o tributo não poderia ser cobrado este ano — explicou o senador, ex-ministro de Minas e Energia.

José Jorge lembrou que, a pedido da equipe de transição do governo eleito, o presidente Fernando Henrique vetou o artigo que tratava dos percentuais de destinação do dinheiro da Cide. Resultado: como não há regulamentação, o governo não mexe nesse dinheiro, um total de R\$ 10 bilhões, e as estradas permanecem em estado precário. Em apartes, o senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo anterior, confirmou a análise de José Jorge, e o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou a ausência da bancada de apoio ao governo.

Lando cobra recuperação de rodovias em Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) fez apelo ao ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para que sejam recuperadas as rodovias que cortam o estado de Rondônia. Segundo o parlamentar, as estradas que mais preci-



Amir Lando diz que mau estado das rodovias prejudica produção

sam de atenção são as BRs 364, 425, 174, 421 e 429. Ele pediu também a federalização da RO-399, que liga Pimentas à BR-364, rodovia federal que vai de Bebedouro (SP) a Rodrigues Alves (AC), cortando o estado de Rondônia.

Lando relatou que tem recebido inúmeros pedidos da população para que o governo federal tome consciência da situação precária das estradas de Rondônia, cuja importância é tal que “é impossível contar a história de Rondônia, em verso ou prosa, sem que se faça rima com a BR-364”.

Sendo um estado eminentemente rural, Rondônia tem, na

opinião do parlamentar, todas as condições de contribuir para que os objetivos do novo governo sejam efetivamente atingidos, principalmente no que diz respeito ao programa Fome Zero. Mas Amir Lando

alertou que, para essa proposta ser efetivada, é preciso recuperar as estradas da região.

O senador teme que produtores rurais acabem precisando da ajuda dos programas de distribuição de alimentos que eles mesmos poderiam cultivar. A degradação das rodovias impede a venda da produção e, com a perda da colheita, agricultor acaba indo para as cidades em busca de outros meios de se manter, explicou.

Para Lando, situações como essa mostram por que, nas últimas décadas, houve grande migração interna, com aumento da população nas grandes cidades.